

Sabatina conjunta para ocupar vaga no Supremo e na PGR não é inédita

Diferentemente do que afirmou o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), não foi esta a primeira vez que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado sabatina, em uma mesma sessão, indicados para ocupar vaga no Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-Geral da República. O precedente é de 18 de maio de 1989, quando foram sabatinados Celso de Mello para o STF e Aristides Junqueira para a PGR.

A diferença é que da vez anterior o postulante à vaga do Supremo foi inquirido primeiro. Depois, ao então candidato à PGR foi feita uma única pergunta do senador Leite Chaves. A sabatina de Aristides não durou nem 15 minutos.

Leonardo Sá/Agência Senado



Celso de Mello e Aristides foram sabatinados em 1989

Na sessão desta quarta-feira (13/12), Vieira levantou questão de ordem no sentido de que não poderia haver a sabatina conjunta por ser “inovação” não contemplada nas regras da Casa — e que a inquirição para as vagas nunca teria acontecido simultaneamente. Em resposta, o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União-AP), disse que nunca houve sabatina conjunta porque nunca houve indicações tão próximas aos dois cargos.

A sabatina de Celso de Mello foi rápida. O então indicado discursou por só três minutos e, em seguida, foi inquirido por cerca de uma hora e meia e aprovado por unanimidade. Aristides também foi aprovado de forma unânime.

“Atenção, pelo voto unânime da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado o nome do Dr. José Celso de Mello Filho, indicado pelo Presidente da República para vaga no Supremo Tribunal Federal. Vai-se proceder a nova votação, a do item 2 da pauta, a escolha

do novo ocupante da Procuradoria-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Os Srs. senadores já podem votar”, afirmou o então presidente da CCJ, Cid Sabóia de Carvalho. Clique [aqui](#) para ler a ata.

Veja a notícia da sabatina, publicada na Folha de S. Paulo em 19 de maio de 1989:

Senadores evitam questões políticas em sabatina de candidato ao STF

LUÍS FRANCISCO CARVALHO P*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado brasileiro, em um momento de debate, José Celso e João Filho, 61, indicado para o segundo Tribunal Federal. Foi possível por unanimidade. Será o sexto ministro do STF (de um total de 11) escolhido pelo presidente José Sarney. A nomeação ainda depende do voto da maioria absoluta do Senado, mas a comissão já decidiu.

Como é de tradição brasileira, a maioria das comissões prefere trabalhar em sabatina. José Celso é o nome mais conhecido da Comissão Geral de Nomeação de Juizes Federais. Foi indicado para o cargo de conselheiro em diversas oportunidades em diversas partes do Brasil. Atualmente é senador, pelo estado de Pernambuco, especificamente pela "previdência" com o poder, com o qual ganhou o apelido de "Senador da Nova República".

Mas não houve nenhuma pergunta feita a Celso durante a sessão. Foi o primeiro a ser chamado a prestar o juramento. O novo ministro chegou a votar, embora tenha sido o primeiro a votar.

José Celso é considerado um dos nomes especialistas em Direito Público do país. É autor de vários livros e artigos. Foi presidente da Associação Federal dos Advogados, em 1976, e também foi presidente da Associação dos Magistrados do Brasil. Foi também presidente da Associação dos Magistrados do Brasil em 1981, durante o governo de Collor. Foi também presidente da Associação dos Magistrados do Brasil em 1981, durante o governo de Collor.

A sessão foi marcada ainda pelo fato de que Celso é o primeiro a ser chamado a prestar o juramento. O novo ministro chegou a votar, embora tenha sido o primeiro a votar.

Na sua vez de juramentar, Maurício Corrêa (PDT-DF) chegou a fazer um comentário de caráter político, mas logo depois se retratou. Celso, quando se deu a palavra a José Celso, fez uma declaração que ficou conhecida como "o voto contra um", mas era "o voto contra um", mas era "o voto contra um", mas era "o voto contra um".

As atenções estavam voltadas mesmo para o desempenho de José Celso. Como a nova Comissão Geral de Nomeação de Juizes Federais da República seja um membro de destaque, o interesse pela indicação de Celso é grande. Celso é considerado um dos nomes especialistas em Direito Público do país.



José Celso de Faria

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<p>Celso de Faria, 61, indicado para o segundo Tribunal Federal.</p>	<p>José Carlos Moreira Alves, 52, indicado para o primeiro Tribunal Federal.</p>

<p>José Maranhão, 55, indicado para o terceiro Tribunal Federal.</p>	<p>Carlos Magalhães, 58, indicado para o quarto Tribunal Federal.</p>

<p>João Paulo Gonet Branco, 52, indicado para o quinto Tribunal Federal.</p>	<p>Paulo Sérgio de Moraes, 55, indicado para o sexto Tribunal Federal.</p>

Nos EUA, é comum o veto

De acordo com o Brasil

No Estado Unidos é comum o veto de um juiz para a Suprema Corte. Isso pode acontecer por questões políticas, econômicas e religiosas, ou por questões de natureza jurídica.

Qualquer decisão de candidato tem impacto político, uma participação marginal, um empreendimento econômico, um caso sério, etc. Isso pode ser prejudicial para o país. A maioria é normalmente política e não por objetivo de uma decisão jurídica.

mandado. Mas isso, apesar de ser comum, não é regra para o Brasil.

Na substituição de Faria, Celso foi o primeiro a ser chamado a prestar o juramento. O novo ministro chegou a votar, embora tenha sido o primeiro a votar.

Em 1987, foi o primeiro a ser chamado a prestar o juramento. O novo ministro chegou a votar, embora tenha sido o primeiro a votar.

Texto do jornal Folha de S.Paulo sobre a sabatina de Celso e de Aristides, publicado em 19 de maio de 1989

Dino e Paulo Gonet

Flávio Dino tem 55 anos e pode ocupar a cadeira que foi de Rosa Weber no Supremo. Natural de São Luiz (MA), foi advogado e juiz federal por 12 anos, sendo eleito presidente da Associação Nacional de Juizes Federais (Ajufe) para a gestão 2000-2002.

Em 2006, Dino deixou a magistratura para assumir o cargo de deputado federal. A carreira política levou-o ao cargo de governador do Maranhão e senador da República, o qual não chegou a exercer porque foi logo escolhido por Lula para ser o ministro da Justiça e Segurança Pública.

Em entrevista à revista eletrônica Consultor Jurídico, concedida em agosto do ano passado, Dino afirmou que "se as leis são bem elaboradas, as decisões dos magistrados tendem a ser mais justas". À época, ele também afirmou que a "lava jato" tinha objetivos políticos, e defendeu um aperfeiçoamento da lei que regulamenta as colaborações premiadas.

Já Paulo Gonet Branco pode ser o sucessor de Augusto Aras no comando do Ministério Público Federal brasileiro. Ele é doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Direitos Humanos, pela



University of Essex, do Reino Unido, e integrante do MP desde 1987. Estava atuando como vice-procurador-geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Em uma [aula publicada no canal do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa \(IDP\)](#), ministrada em 2013, Gonet [expôs suas posições em relação aos direitos fundamentais](#) — pauta que tem sido suscitada no contexto da PGR, em questões como liberdade de expressão e manifestação.

Em entrevista em 2022, defendeu à **ConJur** uma [atuação com mais cuidado](#) e menos exploração midiática. Para Gonet Branco, [responsabilidade civil do Estado não é o mesmo que responsabilidade penal, civil e política do governante](#).

Em [entrevista](#) à série “Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito”, da **ConJur**, Gonet Branco ainda refletiu sobre o desempenho da função constitucional do Ministério Público para explicar que a busca por justiça não pode extrapolar as balizas do Estado de Direito.

As indicações de Dino e Gonet aos cargos foi [elogiada](#) por ministros e advogados, que disseram [esperar excelência](#) de ambos nas funções. Foram “[sábias escolhas](#)”, nas palavras do ministro aposentado do Supremo, Celso de Mello.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-dez-13/sabatina-conjunta-para-ocupar-vaga-no-supremo-e-na-pgr-nao-e-inedita/>